

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO**  
**GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

THAIS ALVES DIAS

**SOMOS TODAS FILHAS DE MARIA**  
LIVRO-REPORTAGEM

GOIÂNIA

2023

THAIS ALVES DIAS

**SOMOS TODAS FILHAS DE MARIA**

LIVRO-REPORTAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito final para a conclusão do curso de Bacharelado de Jornalismo, orientado pelo professor Dr. Rogério Pereira Borges.

GOIÂNIA

2023

THAIS ALVES DIAS

**SOMOS TODAS FILHAS DE MARIA**  
**LIVRO-REPORTAGEM**

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador - Prof. Doutor Rogério Pereira Borges

---

Examinador – Prof. Doutor Luiz Antonio Signates Freitas

---

Examinador – Profa. Ma Sabrina Moreira de Morais

*“Cada vez que uma mulher se defende, sem saber, possivelmente, sem fazer tal reivindicação, ela defende todas as mulheres”.*

**Maya Angelou**

## **Agradecimentos**

Durante o Trabalho de Conclusão de Curso, diversos acontecimentos se manifestam: os prazos apertados, a privação de sono, a sensação de improdutividade, ansiedade, o temor de não concluir o TCC no prazo e a vontade que a graduação termine logo. No entanto, apesar desses turbilhões de sentimentos e pensamentos, o que fica é a gratidão por ter conseguido chegar tão longe, apesar do processo não ter sido fácil. Portanto, gostaria de expressar minha sincera gratidão, com profundo carinho, àqueles que estiveram ao meu lado, auxiliando-me a superar os bloqueios e as crises de tristeza e ansiedade que surgiram durante esta jornada.

Minha mãe, Maria de Fátima, merece meu agradecimento especial por ter me apoiado em toda a minha jornada. Seus sábios conselhos têm a capacidade de acalmar meu coração e me inspirar a seguir adiante, independentemente dos desafios. Agradeço, minha mãe, por seu incentivo inabalável e por nutrir minha confiança e esperança de que tudo se concretizaria.

Meu irmão, Thales, agradeço por me ajudar em todos os momentos, pelos lanches deliciosos que fazia e por sempre facilitar a minha vida quando eu estava muito ocupada, envolvida com o TCC. Agradeço por todo o apoio que recebi.

Meu noivo, Gabriel, é meu grande aliado nesta jornada. Ele contribuiu para que os meus dias ficassem mais leves quando estava estressada com este trabalho. Agradeço, meu amor, por seu apoio contínuo, por me fortalecer nos momentos de crise, por seu carinho constante e por cuidar de mim. Sua presença em minha vida tem sido um suporte fundamental para seguir em frente e deixou o meu dia a dia muito mais leve e doce.

Meu agradecimento mais profundo vai para meu orientador, Rogério Borges, que se dedicou incansavelmente à realização deste trabalho. Mais do que qualquer outra pessoa, ele foi o catalisador do meu desejo de ser não apenas jornalista, mas também pesquisadora. Sua sabedoria se destacava, e ele fornecia orientações e conselhos, mesmo nos momentos mais desafiadores dessa empreitada. Passamos mais de um ano, contando TCC e Iniciação Científica, colaborando de forma conjunta para alcançar um resultado que enriquecesse as discussões sobre violência contra mulher, questões de gênero e o papel do jornalismo na sociedade contemporânea. Durante esse tempo, tivemos a oportunidade de aprender e aprofundar nosso entendimento em assuntos que são de importância vital e que exigem reflexão, não apenas no contexto acadêmico do jornalismo, mas na

sociedade como um todo. Levarei comigo todos os ensinamentos e discussões deste período para minha jornada acadêmica, profissional e pessoal. Sou eternamente grata por tudo.

Agradeço as amizades que fiz durante a graduação, com certeza elas fizeram esse período ser mais leve e mais divertido. Obrigada a minha amiga Ana Elisa que abriu seu círculo de contatos, proporcionando-me acesso a fontes oficiais e auxiliou-me na escolha deste tema crucial. Expresso minha gratidão por toda sua ajuda e por todas as conversas para desabafar sobre o TCC.

Palavras não são suficientes para expressar o quão significativos todos aqueles que mencionei aqui são em minha vida e o papel essencial que desempenharam neste processo. Agradeço a cada um de vocês do fundo do meu coração.

## **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado no formato de um livro-reportagem, aborda a realidade da violência contra a mulher no Brasil e os mecanismos empregados para sua perpetuação. A pesquisa foi embasada em uma ampla gama de fontes, incluindo artigos científicos sobre o tema, entrevistas exclusivas com especialistas, relatórios jornalísticos, dados estatísticos, diretrizes oficiais e, mais significativamente, depoimentos de vítimas que enfrentaram situações de violência. Além disso, foram incluídos conteúdos complementares relacionados ao tema central, como diferentes contextos nos quais ocorrem crimes de agressão contra a mulher. O principal objetivo ao elaborar este trabalho foi abordar a complexidade desse assunto de forma abrangente, buscando empoderar as vítimas, permitindo que elas se tornem narradoras de suas próprias histórias, evitando que sejam reduzidas a meras estatísticas. Por fim, a pesquisa conclui que as mulheres em situações de violência muitas vezes reconhecem sua condição, mas enfrentam dificuldades para buscar ajuda devido à falta de apoio, ao medo de ser julgada e à dependência emocional e física que podem estar envolvidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Mulher; Legislação; Crime; Silenciamento

## **ABSTRACT**

This Course Conclusion Paper, presented in the format of a report book, addresses the reality of violence against women in Brazil and the mechanisms used to perpetuate it. The research was based on a wide range of sources, including scientific articles on the topic, exclusive interviews with experts, journalistic reports, statistical data, official guidelines and, most significantly, testimonies from victims who faced situations of violence. Furthermore, additional content related to the central theme was included, such as different contexts in which crimes of aggression against women occur. The main objective in preparing this work was to address the complexity of this subject in a comprehensive way, seeking to empower victims, allowing them to become narrators of their own stories, instead of being reduced to mere statistics. Finally, the research concludes that women in situations of violence often recognize their condition, but face challenges in seeking help due to the lack of support, the fear of being judged and the emotional and physical dependence that may be involved.

**KEYWORDS:** Violence; Women; Legislation; Crime; Silencing



## **Sumário**

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
2.1 A MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA .....	12
2.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL.....	17
2.3 REDES DE APOIO.....	21
<b>3. LIVRO-REPORTAGEM</b> .....	24
<b>4. PRODUTO</b> .....	29
4.1 CARACTERÍSTICAS .....	29
4.2 DIÁRIO DE PRODUÇÃO .....	32
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>ANEXOS</b> .....	40
<b>ANEXO 1 – Autorização de postagem no Repositório da PUC Goiás</b> .....	40
<b>ANEXO 2 – Modelo da Autorização do uso de imagem e entrevistas (devidamente armazenadas e aqui não expostas preenchidas, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados)</b> .....	41

## 1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso se concentra na criação de um livro-reportagem abordando a violência contra a mulher, as leis que protegem as vítimas desses atos e as consequências que a agressão causa na vida de uma mulher. O trabalho explora as histórias e experiências daquelas que foram vítimas de estupro, violência doméstica e feminicídio.

É praticamente impossível encontrar uma mulher que não tenha sofrido algum tipo de violência. Segundo o levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)<sup>1</sup> em 2023, observou-se que 28,9% das mulheres no Brasil experimentaram algum tipo de violência de gênero no ano de 2022. Esse percentual representa o mais elevado índice já registrado na série histórica e reflete um aumento de 4,5 pontos percentuais em relação à pesquisa conduzida em 2021. Com base nessas estatísticas, é possível estimar que cerca de 18,6 milhões de mulheres no Brasil tenham sido vítimas desse tipo de violência durante esse período. Para ilustrar a magnitude do problema, isso equivale a um estádio de futebol com capacidade para 50 mil espectadores completamente lotado todos os dias.

O Brasil, lamentavelmente, figura como o quinto colocado em um ranking composto por 83 nações que apresentam as maiores taxas de homicídios de mulheres em todo o mundo. Conforme indicado por dados do FBSP, publicados em 2022, a cada quatro horas, uma mulher se torna vítima de violência no País. Uma parcela significativa da população, carente de esclarecimento, educação e políticas públicas adequadas, ainda atribui à mulher a culpa por ser vítima de agressões. Esse fenômeno tem suas raízes na persistente desigualdade de gênero que molda o papel das mulheres e dos homens na sociedade, perpetuando o modelo patriarcal que perdura até os dias de hoje em nossa cultura.

Para um país que é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos, essa situação é inaceitável e deveria resultar em punições em várias esferas. Além disso, o Brasil possui uma Constituição Federal, promulgada em 1988, que garante todos os direitos de seus cidadãos, inclusive proteção contra crimes hediondos desse tipo. A liberdade de crença, de consciência e de

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/>>. Acesso em: 18 de nov, de 2023

locomoção, que deveria ser desfrutada por mulheres, é constantemente ignorada e atacada, como evidenciam as estatísticas que mostram a persistência e o aumento de violência de todas as formas.

Portanto, a importância do tema abordado neste livro-reportagem é inegável, e este trabalho tem como objetivo contribuir para dissipar o tabu que cerca este assunto na sociedade. Dado o caráter muitas vezes constrangedor, violento e traumático dessas situações, as discussões sobre esses crimes ainda são menos frequentes do que deveriam ser. Isso se deve, em parte, a uma mentalidade machista e conservadora que prevalece na sociedade brasileira. Isso acaba contribuindo para a normalização de crimes contra mulheres e meninas.

O livro também aborda sobre a dificuldade em denunciar um ato de agressão no Brasil, uma vez que mais de 90% dos municípios no País carecem de delegacias especializadas para mulheres. Nas delegacias comuns, as vítimas geralmente se deparam com o descaso, deboche e desconfiança por parte das autoridades. Conforme uma pesquisa conduzida pelo Instituto Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 45% das mulheres agredidas em 2022 optaram por não solicitar qualquer tipo de ajuda, e 38% acreditavam que poderiam resolver o problema por conta própria. Adicionalmente, 21,3% afirmaram que não denunciaram a agressão devido à falta de confiança nas instituições policiais. A maioria das vítimas que buscaram auxílio o fez junto a familiares e amigos.

No decorrer do processo, seja no hospital, no posto de saúde, na delegacia ou no tribunal, as vítimas frequentemente se veem obrigadas a relembrar e reviver o trauma do crime ao relatarem sua experiência. Descrever o ocorrido para amigos e parentes já é uma decisão extremamente difícil, tornando-se ainda mais desafiador quando o agressor é alguém conhecido ou próximo. Denunciar o agressor é uma escolha tomada por poucas vítimas, e mesmo aquelas que têm a coragem de fazê-lo frequentemente encontram um apoio limitado.

O trabalho abrange um espectro de violências contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, a física, o abuso moral e psicológico, estupro e feminicídio. Para a produção deste livro-reportagem, foram conduzidas pesquisas em artigos científicos, entrevistas com especialistas em direito, psicologia e assistência social, bem como a coleta de depoimentos de pessoas que vivenciaram algum tipo de violência. Além disso, foram consultados cartilhas informativas,

infográficos, casos de destaque e dados oficiais de pesquisas, como os do Fórum de Segurança Pública.

A seleção das fontes foi baseada em proximidade e em redes de conhecimento da autora. A motivação para abordar este tema reside não apenas na experiência direta com esse cenário, mas também na triste realidade de testemunhar mulheres próximas a mim sofrendo agressões praticadas por homens violentos. Essas agressões englobavam não apenas violência física, mas também abusos verbais, psicológicos e sexuais, e o mais alarmante era que os agressores raramente enfrentavam as devidas consequências por seus atos.

Foi optado por segmentar o livro-reportagem em capítulos, cada um, abordando um tema específico e ilustrando-o com dados e depoimentos de vítimas relacionadas a esse tema ou estatística. As entrevistas foram utilizadas como testemunhos para exemplificar os casos. Foi realizado uma pesquisa abrangente envolvendo conversas com muitos dos indivíduos envolvidos nessa problemática. Conduzi entrevistas com vítimas, profissionais do sistema de justiça e coordenadores de instituições que prestam assistência a mulheres que foram vítimas de agressões em Goiás, bem como com profissionais da área de saúde que oferecem apoio às pessoas que sofreram violência. As conversas abrangeram vítimas de diversas faixas etárias, diferentes estratos sociais e níveis de instrução, todas elas compartilhando experiências de violência em contextos variados. Houve relatos de mulheres agredidas por parceiros, tanto em casa como em locais públicos, jovens que foram vítimas de abuso no caminho de casa ou da academia e que enfrentaram tentativas de feminicídio.

No livro, compartilho os relatos dessas mulheres, juntamente com minha própria experiência de conviver em um ambiente afetado por um agressor. A única constante identificada na maioria dessas entrevistas foi o vínculo entre o agressor e a vítima, muitas vezes caracterizado por relações familiares ou de vizinhança. Apesar de alguns casos ocorrerem fora do âmbito familiar, a maior parte das agressões acontece no ambiente doméstico, onde todos deveriam se sentir seguros.

O tema proposto é de extrema relevância, pois visa fornecer orientação às vítimas que enfrentam situações de agressão diariamente, corroborando os alarmantes dados de violência no País. Muitas dessas situações permanecem ocultas e, quando expostas, frequentemente são mal

interpretadas. A necessidade de abordar essa temática é acentuada pelos elevados números de casos de violência que afligem inúmeras mulheres cotidianamente. O objetivo deste trabalho é apoiar as mulheres que são vítimas de violência, encorajando-as a denunciar seus agressores e auxiliando na identificação de situações de violência. Além disso, a principal intenção do livro é dar visibilidade e promover discussões sobre o público primordial desses crimes: as mulheres. O livro também ilustra como a justiça falha em alguns casos e como este cenário precisa ser mudado.

Para a pesquisa, foram utilizados portais oficiais que apresentam dados sobre a violência contra as mulheres em geral, como o Anuário de Segurança Pública. Foram selecionadas também algumas mulheres próximas da autora do livro que já foram vítimas de diversos tipos de violência, no sentido de que compartilhassem depoimentos sobre suas experiências. Algumas entrevistas foram conduzidas presencialmente e outras por meio de ligação telefônica, posteriormente transcritas e inseridas no capítulo apropriado.

Para preservar a identidade de algumas vítimas, seus nomes foram substituídos por pseudônimos, garantindo a confidencialidade de cada uma delas. Apenas Maria de Fatima e a Cristina Lopes permitiram o uso de seus nomes verdadeiros. Cada uma delas expressou seu consentimento voluntário para relatar suas histórias no presente trabalho, e essa concordância foi documentada por meio de assinaturas e registro de áudio. Os procedimentos de investigação seguiram rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2017), com especial atenção à não exposição das vítimas e à preservação da decisão das entrevistadas quanto ao escopo de seus depoimentos, sem qualquer forma de pressão inadequada. O trabalho também observou as regras estabelecidas pelo Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (BRASIL, 2018).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA

Culturalmente, nos é ensinado que a diferenciação entre homens e mulheres tem suas raízes na biologia, e características físicas específicas são responsáveis por categorizar cada indivíduo como pertencente ao gênero masculino ou feminino. De acordo com a argumentação de Bourdieu (2012), a construção social das diferenças de gênero começa no próprio corpo.

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2012, p. 20)

Apesar das perspectivas tradicionais, novas teorias afirmam que a identidade feminina não está estritamente ligada ao sexo biológico, como Beauvoir (1980) sugeriu no seu livro *O Segundo Sexo* ao afirmar: "ninguém nasce mulher; torna-se mulher". Isso é explicado pelo conceito de gênero, que destaca a natureza cultural das diferenças entre homens e mulheres. Esse conceito se desenvolveu graças ao trabalho de intelectuais e ativistas de todo o mundo, que contribuíram para a formação de novos entendimentos e iniciativas políticas.

Conforme argumentado por Butler (2003), enquanto o sexo é considerado imutável e biológico, o gênero é uma construção social. Quando a cultura que molda o gênero é rígida, pode parecer que ele é tão fixo e determinado quanto o sexo. Portanto, como mencionado por Hall (2000), ser mulher não é uma condição estática e permanente, mas sim um conceito em constante evolução, um processo em contínua transformação.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos como todos iguais independentemente do sexo, sexualidade, cor, raça ou religião. Contudo, é notória a desigualdade de tratamento direcionada a indivíduos em diferentes estratos sociais na prática. Uma das principais dualidades que perdura desde a antiguidade até os dias atuais é a distinção entre homens e mulheres. De acordo com Bourdieu (2012), as disparidades entre o masculino e o feminino resultam de uma hegemonia masculina que se manifesta por meio de violências simbólicas profundamente

arraigadas nas formas de comunicação e na construção do conhecimento cultural. Butler (2003) também explora essa questão com uma linha de pensamento semelhante:

Devemos entender a dominação como a negação da unidade anterior e primária de todas as pessoas num ser pré-linguístico. A dominação ocorre por meio de uma linguagem que [...] cria uma ilusão de diferença e disparidade, e conseqüentemente, uma hierarquia que se transforma em realidade social. (2003, p. 171).

Beauvoir (1980) relata que a vivência histórica das mulheres ao longo do tempo, demonstram que elas foram colocadas a uma posição inferior, sendo consideradas como aquelas que devem ser guiadas pelo homem, considerado superior. Isso decorre da atribuição de características tidas como secundárias às mulheres, especialmente a noção de passividade. No entanto, é crucial notar que essas características secundárias são moldadas pelas circunstâncias nas quais as mulheres foram inseridas. As mulheres também possuem subjetividade e expressam-se por meio de suas ações, e, à medida que as situações se transformam, as perspectivas sobre elas também evoluem.

Em sua análise da condição da mulher, Beauvoir (1980) revelou a construção existencialista do gênero feminino, que, ao longo dos séculos, havia sido caracterizada como passiva e desprovida de história ou essência própria. A mulher era consistentemente representada como "O Outro", uma figura passiva e contingente, frequentemente alvo de críticas e imperfeições. Entretanto, é essencial ressaltar que "nenhum de seus traços reflete uma essência ou uma vontade original: eles são um reflexo de uma situação" (BEAUVOIR, 1980, p. 381). Tudo o que foi previamente dito sobre a mulher estava moldado pelas circunstâncias às quais ela estava sujeita.

Na atualidade, estamos imersos em uma sociedade que é reconhecida por sua natureza patriarcal. De acordo com a análise de Pedro e Guedes (2010), o patriarcado se solidifica com a consolidação da propriedade privada. Nessa perspectiva, as relações de gênero são fundamentadas na ideia de que os órgãos sexuais de uma pessoa determinam suas funções na sociedade. Isso resulta na atribuição de papéis distintos para homens e mulheres na comunidade.

Essa concepção coloca as mulheres em uma posição de desvantagem ao atribuir características específicas aos gêneros masculino e feminino. Entretanto, essa abordagem não pode

ser simplificada como uma mera construção social, uma vez que a Antropologia sugere a existência de sociedades que podem ser caracterizadas como matriarcais. Nas palavras de Pedro e Guedes (2010): "Os papéis atribuídos a homens ou mulheres não são inerentes à natureza ou biologia, mas sim construções moldadas de acordo com as necessidades socioeconômicas de cada sociedade" (p. 3).

A partir de estudos que tiveram início no século XIX, sob a orientação do antropólogo Johann Bachofen (1967), tem sido aventada a possibilidade da existência de uma sociedade matriarcal durante o período da Pré-História. Nessas comunidades, além da prática da descendência matrilinear, as mulheres desempenhavam funções de liderança, e os bens herdados eram transmitidos de mãe para filha. A identificação da civilização minóica, um possível exemplo de sociedade matriarcal, foi creditada ao arqueólogo britânico Arthur Evans, que conduziu suas descobertas na Grécia entre os séculos XXVII e XII a.C.

O estabelecimento da sociedade patriarcal teve início com a introdução da propriedade privada, uma evolução que se remonta aos tempos da Antiguidade. Esse marco histórico desencadeou transformações significativas na sociedade como um todo, cujos impactos permanecem até os dias de hoje. As evidências de que as mulheres seriam submetidas a uma posição de inferioridade em relação aos homens, sob a ótica da sociedade, remontam, pelo menos, ao século IV a.C., quando Aristóteles expressou: "Em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção." (ARISTÓTELES, 1991, p.13).

Conforme destacado por Magalhães (1980), as leis mais antigas de Roma e Grécia estipulavam que a mulher estava subjugada ao poder marital. Submissas aos homens, cuja responsabilidade era prover as necessidades materiais do lar, as mulheres eram associadas à esfera privada, enquanto a esfera pública e a participação ativa na sociedade eram atribuídas ao gênero masculino. Bourdieu (2012) complementa:

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público [...] realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário [...] vêm ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos ou até mesmo invisíveis e vergonhosos. (2012, p. 41).



Conforme sugerido por Bourdieu (2012), são essas categorizações, que incluem tanto aquelas relacionadas à biologia quanto aquelas moldadas pela sociedade, que estabelecem os alicerces para a completa concretização da dominação simbólica na sociedade.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte. (2012, p. 45).

Na luta entre as dimensões da transcendência entre homens e mulheres, conforme delineado por Nye (1995), o receio de tornar-se objeto para o outro, uma apreensão comum a todos os indivíduos, levou o homem a restringir e subjugar a mulher por meio de sua subjetividade, perpetuando, desse modo, a desvantagem feminina. Nos primórdios da história humana, o homem conquistou sua transcendência através do uso da força para dominar a natureza, relegando o sexo considerado mais frágil, ou seja, a mulher, à condição de objeto. Ao longo do curso da história, as circunstâncias de dominação e poder consolidaram essa situação.

Conforme argumenta Beauvoir (1980), diante das condições que subjugarão a mulher ao homem e, gradualmente, à medida que a sociedade se desenvolveu, ela reconheceu sua situação e não mais a aceitou passivamente. Nesse contexto, ela precisa se revoltar e insurgir contra a condição que lhe foi imposta.

A revolta é o único caminho aberto aos que não têm possibilidade de construir o que quer que seja; cumpre-lhes recusar o limite de sua situação e procurar abrir para si os caminhos do futuro; a resignação não passa de uma demissão e de uma fuga; não há, para a mulher, outra saída senão a de trabalhar pela sua libertação. (BEAUVOIR, 1980, p. 393).

Após séculos de subjugação, as mudanças relativas à participação das mulheres na sociedade só começaram a se destacar por volta do século XVIII, quando surgiram os primeiros movimentos e lutas do movimento feminista. Conforme indicado por Gurgel (2010, p.1), o feminismo é definido como um movimento social que "realiza ações desafiadoras em relação às estruturas simbólicas e sociais que perpetuam desigualdades e sustentam os fundamentos do domínio patriarcal".

O feminismo tem suas raízes nos movimentos sociais que surgiram durante as revoluções liberais, impulsionados pelos ideais do Iluminismo, notadamente a Revolução Francesa e a Revolução Americana. Nesse contexto, esses movimentos sociais tinham como principal objetivo buscar uma maior igualdade de direitos políticos e sociais.

Dentro desse período, uma das notáveis defensoras do ideal feminista foi a escritora Olímpia de Gouges, que, em 1791, elaborou um documento conhecido como "Declaração dos Direitos da Cidadã e da Mulher". Nesse texto, a escritora francesa argumentava a favor da necessidade de equiparar os direitos sociais, políticos e legais entre homens e mulheres. A crítica de Olímpia de Gouges era dirigida à "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", que estabelecia novos direitos para os homens, excluindo as mulheres.

No Brasil, o movimento feminista teve origem durante o período imperial, sobretudo na batalha pelo direito à educação das mulheres. Nesse contexto, a escritora Nísia Floresta Augusta é reconhecida como uma das pioneiras do feminismo no Brasil, pois estabeleceu a primeira escola para meninas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, na cidade do Rio de Janeiro.

No século XIX, os primeiros grupos em defesa dos princípios feministas surgiram em toda a América Latina, com o Brasil tendo uma forte influência dos ideais anarquistas e socialistas trazidos da Europa por imigrantes.

Nos anos 1970, as atividades feministas no País se uniram aos movimentos de resistência e luta contra a Ditadura Militar no Brasil, estabelecendo também parcerias com movimentos sociais que representavam negros e homossexuais. A luta pelos direitos das mulheres e as demandas pela igualdade de minorias sempre estiveram entrelaçadas.

A cultura da época estava enraizada na repressão das minorias, na desigualdade e no patriarcado. As mulheres eram consideradas propriedade de seus pais, maridos, irmãos ou chefes de família. As lutas das mulheres se concentravam em necessidades fundamentais para a época, como o direito à participação política, à educação, ao divórcio e à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Impulsionado pela notável influência de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, o movimento feminista ganha vigor, reintroduzindo a desconstrução do papel social da mulher como

elemento central de sua luta. O foco recai sobre a busca do direito da mulher de ter autonomia sobre sua própria vida e corpo. Nesse contexto, questões como o direito ao aborto, a liberdade sexual e a contestação do modelo patriarcal de família emergem como temas cruciais em manifestações que ocorrem em todo o mundo. Dessa forma, o feminismo se expandiu e ganhou espaço na mídia e fomentou debates sobre temas que incluíam a sexualidade feminina, a violência contra as mulheres, a igualdade salarial e outras questões de relevância.

Ao longo do tempo, os movimentos feministas no Brasil obtiveram conquistas significativas na luta pelos direitos das mulheres, com destaque para a promulgação da Lei Maria da Penha durante o governo do presidente Lula em 2006, que prevê punições para homens que cometem violência contra as mulheres.

As defensoras do feminismo encontraram no século XXI novas maneiras de disseminar suas ideias por meio das redes sociais, uma vez que essas plataformas digitais permitem alcançar muitos seguidores em um curto período. No entanto, é relevante observar que algumas mulheres consideram que essa conscientização é excessiva. Como resultado, existem grupos de mulheres que não apoiam os movimentos feministas e que optam por aderir a outras iniciativas, como "Moça, não sou obrigada a ser feminista" e "mulheres contra o feminismo".

## 2.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

A agressão direcionada às vítimas devido a pertencer ao sexo feminino é denominada como violência de gênero, caracterizada pela manifestação inadequada de superioridade por parte da figura masculina. Esse fenômeno reflete os papéis tradicionalmente estabelecidos na sociedade ao longo da história (TELES; MELO, 2002).

Arendt (2009, p. 73) observa que a dinâmica do poder se manifesta quando um indivíduo detém controle absoluto, enquanto o outro permanece em um estado de ausência: "A violência se revela quando o poder está ameaçado, mas, se deixada por conta própria, tende a minar o próprio poder".

Nesse mesmo contexto, Guimarães e Pedrosa (2017) explicam que um ato se torna violento quando é direcionado para a destruição ou o ataque pessoal do outro, frequentemente ocorrendo

quando o agressor percebe que pode perder sua influência. Assim, a violência atua como uma imposição sobre a subjetividade, um meio de impor limitações ao corpo com o propósito de prejudicar a outra pessoa, afetando sua saúde emocional e seu pensamento. As autoras mencionam, nas pesquisas, que concepções culturais machistas e patriarcais estão profundamente arraigadas na estrutura social, frequentemente levando a desigualdades nas relações de poder e associando-se repetidamente a casos de violência de gênero.

Uma outra forma de violência de gênero é a violência moral, conforme discutido por Segato (2003). Essa categoria abrange ações que envolvem agressões emocionais, mesmo que não sejam intencionais ou conscientes. A violência moral sustenta outros tipos de violência de gênero e pode ocorrer sem recorrer a ofensas verbais diretas. Ela se manifesta por meio de gestos, atitudes ou olhares, frequentemente ocorrendo em ambientes do dia a dia. Alguns exemplos incluem humilhação por parte do parceiro, coação, desvalorização da mulher como indivíduo, sua reputação na sociedade, sua personalidade, seu corpo, suas capacidades cognitivas, seu trabalho e até mesmo intimidação.

A visibilidade da questão da violência contra a mulher no Brasil ganhou destaque graças aos movimentos feministas em 1980, com ênfase para o II Congresso da Mulher Paulista. Posteriormente, surgiram organizações independentes dedicadas a apoiar mulheres vítimas de violência, como o SOS Mulher e o Centro de Defesa da Mulher.

Antes desse momento, a violência doméstica era praticamente invisível para as autoridades de segurança e do sistema judiciário. Isso se deve ao profundo arraigamento do modelo patriarcal na sociedade, com base em normas hierárquicas que subjagam as mulheres, perpetuadas por tradições e costumes. O termo "violência de gênero" emergiu em sintonia com a luta contra a violência direcionada às mulheres, bem como com outras batalhas por valores feministas e a busca pela conquista de direitos políticos e trabalhistas, formalizados em legislação específica (MORAES; SORJ, 2009).

Atualmente, a sociedade, influenciada pelo movimento feminista, reconheceu muitas conquistas das mulheres, que agora desfrutam do respeito do público e destacam questões de desigualdade que anteriormente eram negligenciadas, silenciadas ou tratadas como normais.

Enquanto antes a violência de gênero era vista como um problema interno da esfera familiar, hoje é considerada uma questão de interesse público, uma vez que se percebeu a necessidade de modificar o contexto sociocultural (ANDRADE, 2008). No entanto, apesar dos progressos, ainda persistem políticas insuficientes no combate à violência de gênero, o que está ligado à persistência de um padrão social de desigualdade de direitos para as mulheres (MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

Outro aspecto frequentemente negligenciado é a dificuldade enfrentada pelas vítimas de violência quando buscam ajuda e o despreparo das instituições de atendimento. Esta questão foi destacada por Brito (2014), ao enfatizar a importância da prática jurídica na proteção das vítimas de violência doméstica e no questionamento das atitudes dos agressores. A autora ressalta que é responsabilidade dos agentes públicos proporcionar apoio às vítimas, e que a falta de preparo desses profissionais agrava ainda mais a situação das vítimas.

Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.340, popularmente conhecida como a Lei Maria da Penha, que define como violência doméstica e familiar qualquer ato ou negligência relacionados ao gênero, capazes de resultar em morte, lesões, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como prejuízo moral ou patrimonial.

A citada legislação não se resume a uma simples reforma no cenário legal do Brasil, restringindo-se ao domínio simbólico das normas jurídicas. Ela, efetivamente, promove avanços notáveis no que diz respeito ao comportamento e às relações com o gênero feminino, com o propósito não apenas de assegurar direitos, mas, primordialmente, de garantir a efetiva proteção das mulheres.

No entanto, apesar da implementação dessas leis, o Brasil continua a enfrentar um alarmante índice de violência contra as mulheres, conforme evidenciado por pesquisas e debates acadêmicos sobre o tema, que desempenham um papel crucial no aumento da visibilidade e da compreensão desse problema (CAVALCANTI, 2015).

No ano de 2022 houve um crescimento de todas as formas de violência contra a mulher no Brasil, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023. No que diz respeito aos feminicídios, uma categoria de crime introduzida pela Lei 13.104/2015 como uma

qualificadora do homicídio, houve um aumento de 6,1%, resultando em 1.437 casos. Em resumo, os dados indicam que, no Brasil, a cada 7 horas, uma mulher se torna vítima de feminicídio, o que significa que, em média, pelo menos 3 mulheres perdem a vida diariamente no país devido ao simples fato de serem mulheres.

Conforme os mesmos dados, entre 2021 e 2022, houve um aumento de 2,9% no número de novos casos de violência doméstica, totalizando 245.713 agressões registradas. O Poder Judiciário tem tomado medidas para conter esse crescimento da violência contra a mulher, como evidenciado pelo aumento na concessão de medidas protetivas de urgência. Em 2021, foram concedidas, total ou parcialmente, 389.798 medidas protetivas de urgência, e em 2022, esse número saltou para 445.456. Observa-se que entre 2021 e 2022, o número de medidas concedidas aumentou em 13,7%.

No período entre 2021 e 2022, foi registrado um acréscimo de mais de 72 mil chamadas de emergência para o número 190 das polícias militares, solicitando assistência em casos de violência doméstica, com uma variação de 8,7% de um ano para o outro. Isso significa que, em média, houve 102 chamadas por hora em 2022 para o 190, relatando incidentes de violência doméstica. Praticamente todos os indicadores relacionados à violência contra mulheres mostraram um aumento. Houve um crescimento de 7,2% na taxa de registros de ameaças e um aumento de 2,9% na taxa de lesões corporais dolosas em contextos de violência doméstica nesse período. Os registros de crimes de assédio sexual e importunação sexual cresceram 49,7% e 37%, respectivamente. Além disso, foram registrados 56.560 casos do crime de perseguição e 24.382 de violência psicológica.

Os dados apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam uma situação alarmante: o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável já registrado na história foram no ano passado, totalizando 74.930 vítimas. É importante destacar que esses números representam apenas os casos notificados às autoridades policiais e, portanto, refletem apenas uma parcela da violência sexual vivenciada no Brasil. Comparado a 2021, a taxa de estupro e estupro de vulnerável aumentou em 8,2%, chegando a 36,9 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

Um dos principais desafios para abordar a temática da violência contra a mulher, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), reside na compreensão de que todas as formas de violência que atingem as mulheres são influenciadas por diversas diferenças,

incluindo as econômicas, etárias, raciais, culturais, religiosas e outras, além de sua condição de gênero e sexual. Portanto, as políticas públicas destinadas a erradicar essa violência devem levar em consideração a diversidade das mulheres e as múltiplas formas pelas quais a violência se manifesta contra elas. A comissão também destaca a importância de estabelecer acordos entre instituições para fortalecer a análise da violência em âmbito regional e nacional.

De acordo com Noelle (2017), as violências baseadas em gênero deixaram de causar espanto, muitas vezes sendo encaradas com uma pretensa normalidade. Essa situação continua sendo um grande desafio para o Brasil, juntamente com o sexismo, o machismo, o racismo e as condições socioeconômicas, que também são identificados como fatores relacionados a violência contra a mulher.

### 2.3 REDES DE APOIO

Uma parcela das agressões dirigidas a mulheres resulta de conflitos interpessoais, frequentemente passando despercebida e negligenciada devido ao temor de exposição. Essas situações são mais comuns entre indivíduos que mantêm vínculos afetivos e/ou profissionais. Para compreender e prevenir tais incidentes, é essencial considerar uma variedade de circunstâncias, bem como as condições tanto das vítimas quanto dos agressores. No entanto, as medidas adotadas pela maioria das autoridades públicas mostram-se insuficientes, especialmente no que se trata aos aspectos legais e policiais (BRANDÃO, 2004).

No âmbito das iniciativas voltadas para o combate e prevenção da violência de gênero, é significativo destacar a luta travada pelos movimentos feministas na década de 70 em prol do reconhecimento dos direitos fundamentais das mulheres. Após uma mobilização e debate intensivos, as Nações Unidas, em resposta à brutalidade que muitas mulheres enfrentavam globalmente, declararam que todas as mulheres são detentoras de direitos humanos fundamentais, e que qualquer forma de agressão dirigida a elas deve ser firmemente reprimida pela legislação (BEAUVOIR, 1980).

Desde então, as Declarações e Convenções promulgadas pela ONU realçam a necessidade de reconhecimento das questões de gênero e, adicionalmente, propugnam que cada nação deve

internalizar esses princípios para desenvolver políticas que desencorajem comportamentos agressivos contra as mulheres (BEAUVOIR, 1980).

O principal propósito das redes de apoio reside em fornecer apoio às mulheres através da disseminação de informações e expressão de solidariedade. Embora seja responsabilidade do Estado proteger e promover campanhas de prevenção e combate à violência contra mulheres, em muitos casos, devido à deficiência do sistema judiciário, se torna essencial recorrer a iniciativas e canais que possam atenuar o sofrimento dessas vítimas, como abrigos e centros de apoio que disponibilizam serviços de acompanhamento psicológico.

Um exemplo notório é o Mapa do Acolhimento, uma rede que agrega milhares de mulheres que vivenciaram ou vivenciam violência de gênero. Esta rede de apoio oferece auxílio gratuito, incluindo sessões de aconselhamento psicológico e a contribuição voluntária de advogadas. Por sua vez, a "Lei do Minuto Seguinte" estabeleceu de maneira mais efetiva a obrigação dos hospitais de prestar atendimento imediato e urgente após denúncias de estupro, além de encaminhar os relatórios às autoridades competentes.

O Centro de Referência Estadual da Igualdade (CREI), uma iniciativa do Governo Estadual que desempenham uma função crucial nesse contexto. São locais de acolhimento concebidos para abordar diversas formas de violência contra a mulher e oferecem uma ampla gama de assistência, como suporte psicossocial, encaminhamento para delegacias, Ministério Público e outros serviços públicos que compõem a rede estatal de assistência.

Os serviços de assistência social são disponibilizados através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), um órgão público do Governo Federal encarregado de fornecer suporte social em áreas com menor poder aquisitivo. O Disque 180 também se encontra à disposição em casos de emergência, oferecendo atendimento imediato e encaminhando para entidades especializadas. Além deste, tem o número 190 que pertence à Polícia Militar e recebe ligações gratuitas em todo o território nacional em situações de urgência, abrangendo incidentes como agressões, estupro, tentativas de feminicídio e outros crimes.

É responsabilidade do Estado estabelecer regulamentações para a implementação de redes de apoio que abranjam todo o território nacional. Essas redes devem incluir a criação de abrigos,



instituições, serviços de apoio psicossocial e a disponibilidade de profissionais qualificados para contribuir no processo de assistência a todas as vítimas de violência.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar a relevância do livro-reportagem *Somos Todas Filhas de Maria*, pois aborda de maneira abrangente uma temática de grande sensibilidade. O livro se destaca por apresentar um trabalho jornalístico minucioso, respaldado por dados verificáveis, entrevistas exclusivas com especialistas de diversas áreas que lidam com o problema da violência contra a mulher e depoimentos de vítimas obtidos com total respeito às diretrizes éticas. Essas histórias também salientam que tais crimes afetam, acima de tudo, vidas humanas e indivíduos, não se resumindo a meras estatísticas.

Portanto, *Somos Todas Filhas de Maria* assume uma importância significativa tanto para a comunidade jornalística, devido à abordagem detalhada dos acontecimentos relacionados a violência contra a mulher no Brasil, desafiando as práticas de cobertura midiática e tratando as vítimas como pessoas, não meros números. Além disso, a obra é de interesse geral para a sociedade, uma vez que o tema é recorrente no contexto brasileiro e frequentemente mal compreendido, devido à falta de conhecimento sobre os mecanismos envolvidos.

### 3. LIVRO-REPORTAGEM

O produto jornalístico escolhido para o trabalho de conclusão de curso foi o livro-reportagem e o tema central é a violência contra a mulher no Brasil. Devido à natureza impactante e persistente do tema no cenário brasileiro, a opção pelo livro-reportagem foi motivada por várias considerações. Em primeiro lugar, o livro-reportagem se destacou pela sua abordagem, que permite tratar o assunto de forma mais sensível, respaldado por evidências concretas, evitando que a leitura se torne cansativa e garantindo a constante validação dos fatos. Além disso, esse formato oferece a oportunidade de alertar os leitores sobre o conteúdo sensível antes de se depararem com relatos impactantes. Como resultado, o livro-reportagem se mostrou uma escolha acessível e eficaz para a elaboração do trabalho.

Para estabelecer um conceito de livro-reportagem, Lima (2009) esclarece desde o início de sua obra que ele desempenha um papel específico ao fornecer informações detalhadas sobre fatos, situações e ideias de relevância social, abrangendo uma ampla variedade temática. Isso é crucial para entender as características fundamentais desse produto jornalístico, que se destaca por suas extensões e detalhamentos que seriam impossíveis em qualquer outro tipo de veículo de comunicação.

Entendendo a reportagem como a ampliação da notícia, a horizontalização do relato no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes e também sua verticalização no sentido de aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos. (LIMA, 2009, p. 26).

Couto (2017) destaca que o livro-reportagem permite que o jornalista se aprofunde mais em sua pesquisa jornalística, sem as restrições de espaço impostas em outras formas de reportagem. Ao contrário da necessidade de condensar a história e selecionar apenas o essencial, o livro-reportagem oferece liberdade para explorar minuciosamente cada parte da narrativa, sem preocupações quanto ao espaço disponível ou à extensão do texto. Além disso, há várias outras liberdades inerentes à produção de livro-reportagem, conforme explicado por Lima (2009, p. 82-

87), incluindo a liberdade temática, de angulação, de fontes, de temporalidade, de eixo de abordagem e de propósito.

O livro-reportagem é um estilo de escrita que proporciona aos leitores a oportunidade de discutir questões contemporâneas e aprofundar-se no contexto do jornalismo. Sua linguagem é mais acessível e menos densa em comparação com o estilo presente nas notícias diárias publicadas pela imprensa (COUTO, 2017, p. 7).

A atividade de escrever um livro-reportagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades jornalísticas, incentivando a produção de relatos mais aprofundados e contextualizados. Ela também fomenta uma escuta mais atenciosa e comprometida com as fontes. Por meio de projetos dessa natureza, os estudantes têm a oportunidade de aplicar na prática o conhecimento adquirido durante sua formação acadêmica.

Paralelamente, produzir esse tipo de obra é importante porque muitos alunos podem, com esse exercício, tentar inserir-se no mundo não só como leitores /ouvintes ou reprodutores de histórias, ou mesmo redatores elaboradores, aqueles que dão ao próprio texto: maior calibre de autoria em grande reportagem transformada em livro (COUTO, 2017, p. 7).

Através dessa prática de escrita, é possível adotar diferentes perspectivas e adquirir um conhecimento mais profundo sobre a realidade em que estamos imersos. Essa experiência se aplica tanto aos autores que compartilham suas próprias histórias quanto àqueles que escolhem explorar um tema específico em suas obras. O livro-reportagem se destaca como um formato narrativo abrangente, capaz de desvendar aspectos inexplorados da vida, resultando em descobertas surpreendentes sobre as trajetórias das pessoas entrevistadas para o projeto, acrescentando uma dimensão mais humanizada às narrativas em questão. Essa dimensão torna-se particularmente relevante quando se lida com temas sensíveis, como é o caso deste trabalho, que aborda questões de violência.

O livro satisfaz plenamente todos esses requisitos. A temática é enfatizada desde o prólogo até o desfecho do último capítulo. A veracidade dos depoimentos coletados é estabelecida por meio de documentos assinados pelas vítimas, autorizando a inclusão de suas histórias na obra, juntamente com a utilização de plataformas online para registrar áudios durante as entrevistas. Cada personagem que compõe o conjunto de fontes fornece relatos minuciosos sobre as agressões que

enfrentaram, concedendo depoimentos diretos que capturam suas vivências e experiências, mesmo que essas sejam profundamente traumáticas. Essa abordagem contribui para uma representação vívida e impactante de situações que, infelizmente, são frequentes.

O livro-reportagem possui uma utilidade que se estende por diversas áreas do jornalismo, mas serve principalmente à missão de informar a sociedade como um todo. Sua narrativa abarca dados e fatos relacionados ao tema abordado, podendo ser classificada como jornalismo informativo e, em alguns casos, como jornalismo opinativo. É por meio de uma narrativa ampla e minuciosa que o jornalista opta por criar um livro-reportagem.

A função aparente de informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas, de modo que ofereça ao leitor um quadro de contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo” (LIMA, 2009, p. 39).

A violência contra as mulheres é um tema recorrente no cenário cotidiano, no entanto, frequentemente, portais de notícias online, emissoras de TV e rádio, e jornais impressos abordam esse assunto com sensacionalismo, negligenciando a complexidade dos fatos relacionados ao abuso. Nesse contexto, muitas mulheres são reduzidas a meras estatísticas ou transformadas em personagens de espetáculos midiáticos que ressaltam principalmente a extensão dos casos de violência no país, em detrimento de uma abordagem adequada da questão.

Essa forma de produção pode ser alvo de críticas sob diversas perspectivas. No campo da Sociologia e da Antropologia, Edgar Morin identifica fenômenos ligados ao universo midiático, os quais ele descreve como a "função integradora euforizante da cultura de massas" (2001, p. 110), onde a visibilidade pública é considerada a garantia de uma suposta felicidade. Embora sua reflexão esteja mais voltada para o universo das celebridades, as quais ele chama de "novos olímpicos", a necessidade de ser visto e ver também pode ser aplicada a discursos sensacionalistas, nos quais predominam a falta de discrição, a invasão da esfera privada e o anseio por notoriedade.

Debord (2017) alertava que "quanto mais a vida se torna produto, mais ela se separa da vida" (p. 49). Em seu influente trabalho sobre espetacularização, ele argumenta que "no espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não busca atingir

algo que não seja ele mesmo" (p. 41). Essa definição assemelha-se muito a uma descrição de conteúdo jornalístico sensacionalista. O fato em si é relegado a um plano secundário em prol de discursos adicionados a ele, os quais podem abranger esferas como drama, suspense, histeria ou busca por justiça.

Este livro-reportagem visa destacar a relevância dessa temática como meio de prevenir a violência, identificar situações de violência e abordar os traumas resultantes dessas experiências ao longo dos anos. Além disso, busca fornecer informações sobre a abordagem apropriada desse assunto, promovendo a prática da empatia em relação às vítimas.

Para criar um livro-reportagem, é essencial não apenas se concentrar nos fatos, mas também levar em consideração questões perenes que desempenham um papel crucial na configuração de eventos significativos:

A mesma flexibilidade de mergulho em situações e questões, em lugar exclusivamente da factualidade, leva o livro a ter melhores chances de encontrar o âmago dos conflitos. Essa abertura facilita, em adendo, um enfoque precisamente sistêmico, contextualizador dos temas da contemporaneidade (LIMA, 2009, p. 86).

Dessa forma, é possível encontrar livros-reportagem que exploram temas não abordados pela imprensa ou que são tratados superficialmente. Por meio desse formato, é viável ampliar o enfoque com abordagens mais detalhadas, ressaltando o potencial da comunicação para denunciar, conscientizar e informar sobre determinadas realidades. Sob essa perspectiva, os livros-reportagem conseguem ultrapassar a tradição do agenda-setting, que preconiza que os assuntos mais importantes e seguidos pelos leitores recebem maior destaque na cobertura jornalística.

O livro-reportagem nos proporciona a oportunidade de examinar a realidade a partir de uma perspectiva menos convencional e apressada, escapando do senso comum que frequentemente domina os debates e as vozes amplamente ouvidas na sociedade. Além disso, não está sujeito às pressões competitivas e ao ritmo frenético que caracterizam o jornalismo do dia a dia, onde a busca por exclusividade e a necessidade de cobrir múltiplas pautas diárias predominam.

No livro-reportagem, desde a seleção do tema até a abordagem e o tempo dedicado à apuração, muitas dessas restrições são consideravelmente reduzidas. Isso possibilita a criação de um trabalho mais autoral, com pesquisas mais aprofundadas e entrevistas mais abrangentes.

## 4. PRODUTO

### 4.1 CARACTERÍSTICAS

O livro-reportagem *Somos Todas Filhas de Maria* é centralizado na abordagem sobre a violência contra a mulher, que vai desde a uma agressão psicológica até um feminicídio. A partir disso, foi decidido separá-lo em nove capítulos, abordando sobre os tipos de agressões, o que está previsto na lei, onde encontrar ajuda e as considerações finais acerca da temática. Além disso, é feito uma introdução no livro para que o leitor se situe sobre a temática, e uma contextualização do que irá ser abordado nas próximas páginas.

O primeiro capítulo, intitulado “E se eu te matar?” é embasado sobre a história de Cristina Lopes, que teve 80% do corpo queimado após o seu namorado, na época, atear-lhe fogo. Como o crime aconteceu em Curitiba, no ano de 1986, a abordagem gira em torno das mudanças do Brasil, em criar mecanismo para que a mulher tivesse um aparato legal, já que paralelamente o País estava envolvido com o crime da Maria da Penha e da Ângela Diniz. Foi a partir destas agressões que tiveram uma grande comoção, que começou a ter um olhar sobre os direitos das mulheres na sociedade. Além disso, nesta parte também é comentada, que apesar da criação da lei n.11340 ainda é preciso haver algumas mudanças na sociedade e no cumprimento das normas estabelecidas pela legislação para que as mulheres possam se sentir mais seguras e que os casos de violência de gênero possam diminuir.

O segundo capítulo, nomeado de “Eu vou mudar eu prometo”, traz o depoimento de Maria de Fatima, que sofreu violência doméstica durante 14 anos de relacionamento por parte do seu marido na época. Esta parte vai abordar sobre as causas da permanência de um relacionamento abusivo, e como a violência é algo enraizado no Brasil, já que a vítima também via o seu pai agredir a sua mãe a partir do argumento que ele era o chefe da casa e que todos deviam temê-lo e obedecê-lo. Esta temática também é abordada a partir da visão da Promotora Rubian Corrêa da 63ª Promotoria de Justiça de Goiás que cuida de casos dessa natureza, da juíza Sandra Campos, do 3º Juizado de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que emite decisões quanto a tais crimes e da coordenadora do Centro de Referência Estadual da Igualdade (CREI) de Goiás, Larissa Silva, sobre o dia a dia dos órgãos no combate à violência contra a mulher e as defasagens do Estado que precisam ser melhoradas.

O terceiro capítulo, denominado de “Foi isso mesmo que aconteceu?”, relata o abuso sexual que aconteceu com uma jovem de 18 anos por dois homens após ela ser sequestrada no interior de Goiás. Nesta parte, a abordagem é sobre o descaso de alguns órgãos públicos com vítimas de violência sexual, em que este tentam minimizar a agressão a partir de falas culpabilizando as vítimas ou desacreditando dos seus relatos. Também se discorre sobre as consequências que uma agressão traz para a vida de uma mulher a partir da fala da vítima, de psicólogas e da ex-delegada de uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM). Outro tema citado, é sobre a falta de DEAMs no Brasil e como isso afeta no atendimento e no acolhimento das vítimas.

O quarto capítulo, designado de “Ninguém se importa com o que somos”, traz o depoimento de uma jovem cujo próprio avô tentou estuprá-la quando ela tinha 14 anos e sobre um abuso sexual que ela sofreu aos 15 anos por um homem que deu uma carona para ela. Nesta parte são discutidos pontos sobre a denúncia e como muitas mulheres deixam de denunciar e preferem se calar por medo de serem julgadas ou culpabilizadas pela agressão. Também é argumentado como a rede de apoio e a escuta com empatia são fundamentais no momento de uma vítima relatar a violência que sofreu.

No quinto capítulo, chamado de “As filhas de Maria”, conto a minha história, a experiência pessoas de ter vivido num lar em que a minha mãe sofria violência doméstica por parte de meu pai, e como uma agressão não afeta só a vítima, mas também a todos ao seu redor. O título para este tópico foi escolhido pois a minha mãe se chama Maria, assim como a Maria da Penha, mulher que inspirou a lei de proteção às vítimas desse tipo de violência doméstica, e como as duas histórias se entrelaçam por meio das agressões sofridas, mostrando como isto interferiu na vida das duas famílias. Tratamos, ainda, sobre a insegurança de ser mulher no Brasil e como uma violência não afeta aqueles que convivem com a vítima, mas também a sociedade.

O sexto capítulo, cujo título é “Quem ama não mata”, traz a abordagem sobre o movimento feminista que impulsionou o debate sobre a violência contra a mulher no Brasil e o relato de uma mãe que perdeu a sua família para o feminicídio. O relato desta mãe vai ao encontro aos de muitos pais que perdem as suas filhas para homens agressores que, muitas vezes, não são punidos pela justiça por falta de uma melhor efetivação da Lei Maria da Penha.



O sétimo capítulo, intitulado de “O que está previsto na legislação”, discute sobre a evolução da legislação em relação aos direitos das mulheres no Brasil, e como as transformações do contexto social e das lutas feministas trouxeram a importância de estabelecer mecanismos de defesas para as mulheres.

No oitavo capítulo, denominado de “Considerações finais”, finalizamos as abordagens sobre a violência contra a mulher no Brasil e relatamos um pouco sobre como foi a vivência de ter escrito o livro *Somos Todas Filhas de Maria*, como, por exemplo, a experiência de entrevistar essas vítimas. Também abordamos os cuidados que é preciso ter para não reforçarmos estereótipos, desvalorizarmos as vítimas e normalizarmos a violência, como cita Burt (1980).

O nono capítulo, cognominado de “Onde posso encontrar ajuda?”, traz os canais de ajuda, denúncia e acolhimento para as vítimas de violência contra a mulher. Nele, trazemos o nome de cada órgão e das instituições no Brasil e no estado de Goiás que trabalham com tais situações e explicamos como cada um funciona.

As decisões editoriais do livro foram baseadas a partir das histórias coletadas. Por exemplo, a escolha dos títulos de cada capítulo foi feita a partir de trechos específicos dos relatos das vítimas. A disposição dos capítulos se deu de forma a aproximar os tipos de agressões e as relações entre eles.

A escolha das fontes foi realizada pela relação próxima que a autora já tinha com elas e por conhecer as agressões que estas mulheres haviam sofridos. Além disso, foi decidido trazer esses relatos pelo impacto que cada história teve na vida das vítimas. Também no livro foi inserido o depoimento pessoal da autora a partir da visão de como é a vivência de pessoas próximas a vítimas de violências contra mulheres.

A linguagem do livro *Somos Todas Filhas de Maria* buscou ser direta e simples, mas ao mesmo tempo formal, para que a obra pudesse ser acessível para diferentes públicos, sem que haja desentendimentos referentes às informações contidas. Já o enquadramento foi trabalhado de maneira a dar espaço para os relatos das vítimas, deixando-as livres para contar a história do modo que preferissem, com o mínimo de interferência da autora.

Em relação à diagramação do livro, ela foi terceirizada, mas com a supervisão da autora. A escolha da mancha gráfica, entrelinhamento e a fonte foram escolhidas para que houvesse uma maior fluidez de leitura. A capa do livro foi feita em tons de lilás por ser a cor símbolo da luta contra a violência a mulher. A ilustração da capa, montada pela designer e jornalista Ana Amélia Ribeiro, conta com um conjunto de detalhes que resultam na montagem de um rosto associado a face da Maria da Penha, com as mãos de um homem na frente dessa fisionomia para simbolizar o apagamento da trajetória das mulheres contadas no livro, uma vez que os agressores, quando não a própria sociedade, geralmente tentam esconder a violência que praticam através de gestos de bondade. A tipografia usada é para passar a sensação da invisibilidade que as mulheres relatam em suas histórias.

#### 4.2 DIÁRIO DE PRODUÇÃO

O primeiro passo do projeto foi selecionar dados e pesquisas sobre o tema pesquisado para decidir o enfoque geral do livro-reportagem, e logo após houve a busca de fontes para selecionar, contatar e agendar as entrevistas. Algumas entrevistas foram realizadas presencialmente e outras tiveram que ser de forma online devido à impossibilidade de ir até o local onde as vítimas se encontravam.

Para a produção deste trabalho foram realizadas várias pesquisas desde o TCC1 e atualização dos dados devido as novas informações que surgiam ao longo da apuração. Em relação as entrevistas com as vítimas de violência contra a mulher não tive muitas dificuldades, pois já tinha o contato delas, devido eu já as conhecer. O mais difícil foi encontrar os familiares de quem perdeu alguém para o feminicídio, pois muitos com os quais conversei não queriam dar entrevista.

Apesar de conhecer as vítimas entrevistá-la foi um desafio devido ao depoimento ser marcado por sentimentos tão doloridos. Relatar toda a história e contar fatos tão íntimos nunca é fácil. Para as mulheres que solicitaram não ter o seu nome divulgado, foi usado um pseudônimo. Foram respeitados todos os limites definidos pela vítima e foi seguido, de forma rigorosa, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2017) durante a realização das entrevistas. Conforme estabelecido no Artigo 5º do documento, consagra-se o direito do jornalista de proteger o sigilo da

fonte, assegurando a confidencialidade da identidade de todas as vítimas entrevistadas, visando a preservação de sua integridade, segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) estabelece. Além disso, foi executado o que é pedido no capítulo III, artigo 11º, parágrafo II, em que estabelece que o jornalista não pode divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos. No que diz respeito às fontes especializadas utilizadas no livro, assim como ocorreu com os personagens, todas elas autorizaram a utilização das informações fornecidas.

No livro *Entrevista: O diálogo possível* (2001), Cremilda Medina aborda reflexões fundamentais e propõe medidas éticas cruciais para aprimorar a abordagem das fontes, bem como para o preparo intelectual diante da oportunidade de conduzir uma entrevista. A autora, influenciada pela filosofia Martin Buber, destaca a necessidade de uma dinâmica fundamental que conduza a transição do "EU-ISTO" para o "EU-TU". Essa perspectiva ressalta a importância de enxergar o entrevistado como uma pessoa, não como mero objeto.

Medina ressalta questões que deveriam ser objeto de discussão tanto no meio acadêmico quanto nas redações jornalísticas. Sua crítica contribui de maneira significativa para uma abordagem mais cuidadosa da matéria-prima do jornalismo: a entrevista. A autora destaca a ausência, não apenas no jornalismo, mas na sociedade em geral, do ato de ouvir o outro. Esse ato, desprovido de julgamentos, pressa e roteiros predefinidos, requer a paciência para estabelecer um diálogo genuíno, compreender e decifrar o interlocutor. Conforme ela expressa, é necessário "sentir quem é o outro, como se estivesse contemplando, especulando uma obra de arte da natureza, com respeito, curiosidade" (Medina, 2001, pg. 15).

Durante a elaboração do livro, a etapa mais desafiadora e demorada foi a transcrição de todas as entrevistas. Devido à natureza sensível do tema, muitas dessas entrevistas me comoveram profundamente. Nas conversas com os especialistas, cada detalhe desempenhou um papel fundamental para enriquecer os depoimentos das vítimas e garantir a credibilidade do livro. Dessa forma, foi iniciada a produção, sendo trabalhado capítulo por capítulo, alguns deles eram mais densos do que outros. Ao longo das transcrições das entrevistas foram escolhidas palavras-chave dita pelas vítimas que abrangesse o sentimento dela em relação a sua história para nomear os capítulos. Diante disso, o livro ficou pronto com nove capítulos sendo que seis deles foram baseados no depoimento dessas mulheres.

O processo de seleção do nome do livro foi considerado uma das tarefas mais desafiadoras, uma vez que é extremamente complexo condensar todas as histórias compartilhadas, todos os dados apurados e as conversas com os especialistas em um único nome. A partir disso, o nome escolhido para atender tudo isso foi *Somos Todas Filhas de Maria*. Consegui escolhê-lo apenas no final da escrita do livro, em que consegui visualizar que escolhi esta temática devido a minha mãe ter sido vítima de violência e queria abordar que não é só ela que passou por isso, mas que tem várias “Marias” assim como ela que passa por isso todos os dias, e infelizmente vivenciamos estas agressões diretamente ou indiretamente no nosso cotidiano.

Para finalizar o livro foram feitos os agradecimentos para quem participou deste processo da escrita. Esta é uma fase de profundo significado, pois é nesse momento que é manifestado a gratidão por tudo que me deu suporte durante a criação deste trabalho. É nesta parte que é reconhecido aqueles que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio e inspiração ao longo dessa jornada.

Nesta parte agradeço a minha mãe, o meu irmão e o meu noivo por todo apoio durante a escrita do livro. As minhas fontes pela confiança e por compartilharem as suas histórias comigo e por permitirem que eu pudesse escrevê-las. E ao meu orientador pelo direcionamento e delineamento do projeto.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como seu principal propósito a elaboração de um livro-reportagem que aborda a violência contra a mulher no Brasil. O objetivo central deste trabalho é conscientizar o público sobre a relevância deste tema, evidenciando os inúmeros casos recorrentes de violência no país. O livro-reportagem, intitulado *Somos Todas Filhas de Maria* também visa esclarecer que muitas atitudes e crenças do poder público e da sociedade, desvalorizam as vítimas e normalizam a violência.

As estimativas do número de casos apresentadas no livro-reportagem se baseiam em pesquisas dedicadas a esses estudos e são ilustradas por meio de histórias verídicas de mulheres que foram vítimas de algum tipo de violência, e que concordaram em compartilhar seus relatos neste trabalho jornalístico. Cada capítulo do livro inclui depoimentos dessas vítimas, acompanhados por análises legais, psicológicas, elaboradas por especialistas que abordam as diferentes perspectivas dessas questões.

Além disso, ao conceber este livro-reportagem, um dos principais objetivos era mostrar que as histórias de violência contra a mulher ainda persistem, que essas agressões afetam profundamente as vítimas e deixam cicatrizes profundas em suas vidas. É igualmente relevante, do ponto de vista jornalístico, apresentar essas histórias respaldadas por dados que confirmem que a incidência desses crimes continua a crescer no Brasil.

Nesse contexto, ressalta-se que essas vítimas não são meramente estatísticas, mas indivíduos que frequentemente têm suas vidas devastadas por essas experiências. Algumas delas não denunciou e sofreu em silêncio, devido a um sistema de apoio inadequado e de um conjunto de justiça que, com frequência, permite a impunidade dos perpetradores.

O livro-reportagem *Somos Toas Filhas de Maria* consegue retratar a realidade da violência contra a mulher no país, destacando como esse fenômeno ainda persiste devido a uma legislação que demorou a criminalizar práticas violência de gênero, bem como uma sociedade que reforça o patriarcalismo e comportamentos machistas. Ademais, o livro-reportagem também aborda como os processos de denúncia frequentemente contribuem para a perpetuação dessas práticas.

A questão central que envolve a violência contra à mulher não se restringe apenas ao crime em si, mas diz respeito à disposição da sociedade em tolerá-lo. Medidas protetivas frequentemente ineficazes, leis que, em muitos casos, não são aplicadas, e uma cobertura midiática que frequentemente sensacionaliza os fatos, negligenciando os detalhes subjacentes, são obstáculos que permeiam essa problemática. Este livro-reportagem desafia esses padrões e revela uma realidade dolorosa e complexa que merece uma abordagem empática e aprofundada. Ele se compromete a fornecer uma visão mais abrangente dessas questões e cumpre essa missão em *Somos Todas Filhas de Maria*.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C.J.M.; FONSECA, R.M.G.S. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 42, n.3, 591-595, 2008.
- ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo. Martins Fontes. 1991. 1ª. Edição
- Bachofen, J. J.. **Mother Right**. In **Myth, religion and mother right** (seleção de 1926 do original de 1861). Princeton University Press. Rapperswil, 1967. (p. 69-207)
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BURT, M. R. Cultural myths and supports for rape. **Journal of Personality and Social Psychology**, 38, American Psychological Association. Washington, DC, 1980. (p. 217-230).
- BRANDÃO, Elaine, R. Eu quero saber quais são os meus direitos: a complexa trama entre cidadania e lógica familiar. In: Strey, Marlene N. et alii (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 entrou em vigor em setembro de 2020. Presidência da República - Plenário do Senado Federal. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm)>. Acesso em: 18 de nov, 2023.
- BRITO, A. M. B. **O crime de violência doméstica: notas sobre a prática judiciária, comunicação efetuada no colóquio “Crime de Violência Doméstica: Percursos Investigatórios”**. Évora, Procuradoria Geral da República. Disponível em: <[http://www.tre.mj.pt/docs/ESTUDOS%20%20MAT%20CRIMINAL/Violencia%20Domestica\\_2014-12-01.pdf](http://www.tre.mj.pt/docs/ESTUDOS%20%20MAT%20CRIMINAL/Violencia%20Domestica_2014-12-01.pdf)>. Acesso em: 24 de nov, de 2023.
- CAVALCANTI, Patrícia Barreto et al. **Ações intersetoriais no enfrentamento da violência contra a mulher**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7., 2015, São Luís. Anais... São Luís: UFM, 2015. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/acoes-intersetoriais-no-enfrentamento-da-violencia-contr-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 4 de novembro de 2023.
- COUTO, Andréia Terzariol. **Livro-reportagem: guia prático para profissionais e estudantes de jornalismo**. Campinas: Alínea, 2017.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, 2007. Disponível em: <[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acesso em: 18 de nov, de 2023.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Dr7bvbkMvcYSTwdHDpdYhfn/#>>. Acesso em: 4 de novembro de 2023.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: História, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. In: **Fazendo gênero: Diásporas, diversidades, deslocamentos**. [s. l.], v. 9, 2010. Disponível em: <<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf>>. Acesso em: 4 de novembro de 2023.

HALL, Stuart. ‘Quem precisa de identidade?’ In: SILVA, Tomás Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2009.

MAGALHÃES, T. A. L. de. O papel da mulher na sociedade. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 75. São Paulo: USP, 1980. (p. 123-134). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66895>>. Acesso em: 4 de novembro de 2023.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. Editora Ática, São Paulo 2001

MENEGHEL, S. Z.; PORTELLA, A. P. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. In: **Ciências saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, 2017.

MORAIS, Aparecida F.; SORJ, Bila. Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil. In: Moraes, Aparecida F.; Sorj, Bila (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no século XX: necrose** (vol. 2). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A espiral do silêncio: opinião pública: nosso tecido social**. Trad. Cristina Derosa. Florianópolis, SC: Estudos Nacionais, 2017.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

PEDRO, Claudia; GUEDES, Olegna. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Londrina, 2010. Disponível em: <<https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso em: 4 de novembro de 2023.



SEGATO, Rita Laura. **La escrita en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2013

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – Autorização de postagem no Repositório da PUC Goiás



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br)

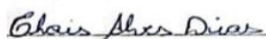
#### RESOLUÇÃO nº 038/2020 – CEPE

##### Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Thais Alves Dias do Curso de Jornalismo matrícula: 2020.1.0127.0088-6, telefone: (62) 999217225 e-mail [thais30alves@yahoo.com.br](mailto:thais30alves@yahoo.com.br), na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Somos Todas Filhas de Maria gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.


Goiânia, 01 de novembro de 2023.

Assinatura do(s) autor(es):

 \_\_\_\_\_

Nome completo do autor: Thais Alves Dias

Assinatura do professor-orientador:

 Documento assinado digitalmente  
ROGERIO PEREIRA BORGES  
Data: 25/11/2023 19:20:43-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Nome completo do professor-orientador: Rogerio Pereira Borges

**ANEXO 2 – Modelo da Autorização do uso de imagem e entrevistas (devidamente armazenadas e aqui não expostas preenchidas, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados)**

**Autorização de Uso de Imagem e Entrevistas**

Eu, \_\_\_\_\_, com documento de identidade \_\_\_\_\_ autorizo o uso de minha imagem e de entrevistas que concedi de forma espontânea para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, realizado pelo(a) discente \_\_\_\_\_, defendido no âmbito do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

A presente autorização abrange o uso acima indicado em vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, Internet, "home vídeo", DVD, publicação de livros (impresso ou em versão e-book) e em ambientes digitais sem qualquer ônus ou indenização à Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Por essa ser a expressão da minha vontade, autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem e assino a presente autorização.

Nome:

Endereço:

Cidade:

Telefone para contato:

Nome do representante legal (se menor):

Goiania, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura